

# & NEGÓCIOS ECONOMIA

economia@gruposara.com.br

**EUA E CANADÁ Países se aproximam de acordo para reformular Nafta**

www.atarde.com.br/economia

**RECUPERAÇÃO JUDICIAL** Passivo nas três esferas públicas cresceu 20% entre dezembro de 2017 e setembro de 2018

## Empresas devem R\$ 455 bi em impostos

RENÉE PEREIRA e CÁTIA LUZ  
Estádio Conteúdo, São Paulo

As empresas em recuperação judicial no País devem, só de impostos, R\$ 455 bilhões. O passivo dessas companhias com o Fisco, nas esferas municipais, Estaduais e federal, cresceu 20% entre dezembro do ano passado e setembro deste ano, atingindo um valor equivalente a dois anos de orçamento do Estado de São Paulo. Com esse dinheiro, a União conseguiria eliminar o rombo fiscal de R\$ 161 bilhões previsto para este ano e ainda teria recursos para investir.

Os números, levantados pelo Instituto Nacional de Recuperação Judicial (INRE), refletem a dificuldade do País de retomar um crescimento mais vigoroso. O ano começou com previsões otimistas de recuperação judicial, mas foi atropelado pela greve dos caminhoneiros, que abalou a confiança dos empresários. A frustração com o crescimento fez os pedidos de recuperação voltarem a crescer. De janeiro a setembro, subiu quase 10% comparado ao ano passado, de 898 para 985.

Isso explica o crescimento da inadimplência com o Fisco. Ao primeiro sinal de dificuldade, as empresas deixam de pagar os impostos para depois buscarem programas de refinanciamento, como o Refis. "Em muitos casos, o passivo fiscal é igual



Com o montante, a União eliminaria o rombo fiscal de R\$ 161 bilhões deste ano e teria recursos para investir

ou maior do que os débitos com bancos e fornecedores", diz Renato Carvalho Franco, sócio da Integra Associados, consultoria de recuperação empresarial.

### Negociação

Pela legislação, os débitos fiscais não são incluídos na recuperação judicial e são

tratados diretamente com o Fisco. No âmbito judicial, são renegociadas dívidas financeiras, comerciais e trabalhistas com base numa previsão de fluxo de caixa futura. Mas, quando começam a cumprir o plano, as empresas se deparam com uma dívida total maior do que a renegociada.

O passivo das empresas em recuperação é de R\$ 325 bilhões, enquanto a dívida fiscal soma R\$ 455 bilhões. O que significa que, no total, elas devem R\$ 780 bilhões. "Sem incluir os débitos fiscais, a conta não fecha. Não é uma renegociação real e não resolve o problema", afirma a sócia do escritório

Felsberg Advogados, Fabiana Solano. Isso explica parte da dificuldade que as empresas têm para sair de uma recuperação e para pagar os impostos em dia. "O problema é que os grupos aderem ao programa, pagam as primeiras parcelas e voltam a atrasar os pagamentos", diz o desembargador do Tribunal de Justiça

de São Paulo e conselheiro fundador do INRE, Carlos Henrique Abrão. Em julho deste ano, a Receita Federal cancelou as adesões de mais de 700 contribuintes a programas de regularização tributária por não pagarem as parcelas em dia. No caso da recuperação judicial, há um programa da Receita de parcelamento em 84 vezes. "Mas, as empresas pouco usam, pois é mais vantajoso aderir aos parcelamentos especiais", diz nota da Receita.

### Revisão cresce 50%

O fraco desempenho da economia brasileira tem obrigado empresas e credores a voltarem à mesa para renegociar os planos de recuperação judicial aprovados no passado. O movimento, que tem sido chamado de recuperação das recuperações, cresceu 50% neste ano e pode continuar subindo se as empresas não conseguirem reequilibrar seus negócios, segundo o Instituto Nacional de Recuperação Empresarial (INRE).

A onda de revisões é explicada por projeções frustradas. A maioria dos planos desenhados no passado considera que, nesta altura do ano, a atividade econômica já estaria mais forte e as empresas com um fluxo de caixa robusto o suficiente para iniciar os pagamentos previstos.

### MANIFESTO

## Setor da cachaça pede redução de carga tributária

ERICK TEDESCO  
A TARDE SP

Em bares e restaurantes Brasil afora, o preço da caipirinha feita com cachaça dificilmente é menor do que R\$ 10, e chega a ser comercializada em pontos turísticos a mais de R\$ 20. É que o drink tem embutido uma das maiores cargas tributárias do país. A cada R\$ 10 pagos na aguardente tipicamente nacional, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), R\$ 8 são apenas de impostos. A reavaliação da carga tributária sobre a bebida é um dos pedidos em manifesto produzido pelo setor, representado pelo Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), que também reivindica políticas públicas para estimular o crescimento do mercado.

Lançado na semana passada em São Paulo, o manifesto é dividido em três demandas do setor e, como explica Carlos Lima, o diretor executivo da Ibrac, será entregue ao governo federal e para todos os candidatos à presidente da República. "São três iniciativas que os produtores entendem como essenciais para o crescimento significativo e sustentá-

vel, a longo prazo". O setor, ele afirma, tem uma receita anual por volta de R\$ 14 bilhões.

Segundo Lima, a carga tributária da cachaça de mais de 80%, com base no mais recente levantamento do IBPT, e ainda sente a revisão que o governo promoveu na forma da cobrança do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ainda em 2015. "Para ser uma ideia, aumentou o valor pago do imposto incidente sobre determinados produtos em mais de 280%", alertou Lima. O fechamento de empresas e o consequente desemprego entre os produtores e a cadeia de fornecedores, além de diminuir a arrecadação, são impactos negativos da alta carga tributária ao setor, destaca o diretor da Ibrac.

Outra preocupação do setor é combater a clandestinidade. "É um alto índice de informalidade no trato com a cachaça, que impacta negativamente no setor. De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuario do IBGE de 2017, existem cerca de 11.023 produtores espalhados pelo Brasil. Contudo, desse total, estima-se que menos de 1.500 estejam registrados no Ministério da Agricultura, Pe-



A cada R\$ 10 pagos na aguardente tipicamente nacional, R\$ 8 são de impostos

cuária e Abastecimento. Portanto, a informalidade no mercado de Cachaça, em número de produtores, é superior a 85%", diz Lima.

### Promoção e proteção

A Bahia, relata Lima, é um dos estados que mais con-

somem cachaça, ao lado de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais. A maior produção da bebida se concentra em São Paulo, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Paraíba.

Ampliar a promoção e proteção internacional da

cachaça como produto exclusivo e genuinamente brasileiro, para Lima, são medidas que "andam juntas". De acordo com o manifesto, em 2017, as exportações da bebida para mais de 60 países representaram cerca de 1% da produção total da receita, e somaram 15,8 milhões de dólares. "Considerando a atual capacidade instalada de produção de cachaça, de 1,2 bilhão de litros e o tamanho do mercado externo de bebidas destiladas, os atuais números de exportação são baixos, em especial, se comparados com bebidas típicas e tradicionais de outros países, como a Tequila, que tem 70% de seu volume de produção comercializado para mais de 190 países, gerando ao México uma receita anual superior a 1 bilhão de dólares", avalia.

### MUDANÇA

## Arábia Saudita suspende projeto de energia solar

ESTÁDIO CONTEÚDO  
Dubai

A Arábia Saudita puxou o freio de mão em um plano de US\$ 200 bilhões com o SoftBank Group para construir o maior projeto de geração de energia solar do mundo, disseram autoridades do governo em Riad.

Esses oficiais e um conselheiro do comando saudita afirmaram que ninguém está trabalhando ativamente na iniciativa anunciada em março pelo executivo-chefe do banco, Masayoshi Son, e o príncipe da coroa do país árabe, Mohammed bin Salman, conhecido como Mbs.

Se concretizado, o plano tornaria o mais importante produtor de petróleo do mundo em um gigante da energia solar, gerando em última instância cerca de 200 gigawatts de energia - mais que três vezes a demanda diária do país. Em vez disso, os oficiais e o conselheiro comentaram que o reinado saudita está trabalhando em uma estratégia mais ampla e mais prática para impulsionar energias renováveis, a ser anunciada no fim de outubro, às vésperas de uma conferência de investimentos em Riad.

O anúncio ajudará a resolver a confusão criada pelo plano com o SoftBank e esclarecer os objetivos para energias renováveis do reinado, informou uma fonte. O investimento seria feito em parceria pelo banco japonês e pelo príncipe Mohammed bin Salman, parceiro no Fundo Vision Softbank, criado em 2016. O país já investiu em companhias nos Estados Unidos, na Índia e na Europa.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO**  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15 - SFP. Manter Valor Por Lote. Objeto: aquisição de medicamentos, material permanente, equipamentos odontológicos e hospitalares, materiais de laboratório, material de limpeza e higiene, para manutenção da Secretaria de Saúde do Município de João Dourado/BA. Dia 11/10/18 às 9h. Edital no [www.dicodoc.org.br](http://www.dicodoc.org.br) e no [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações: 74 36581300 ou [licitacao@joaodourado.ba.gov.br](mailto:licitacao@joaodourado.ba.gov.br). João Dourado/BA, 01 de outubro de 2018. Daniele Araújo Sousa. Pregadora.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO-BA**  
ANÚNCIO DE RESULTADO  
A CPL da Prefeitura Municipal de Sobradinho-BA, torna público o resultado do julgamento referente ao PAD nº 090/2018, que trata da Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 047/2018, cujo objeto é contratação de PLO para serviços especializados em cobertura de seguros para veículos, tipo ambulâncias e L200, do Município, em todo o território nacional, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incluindo, danos causados pela natureza, a saber: incêndio, 07 dias por semana, em regime de empreitada por preço unitário. Foi considerado vencedor, em 20/09/2018, Thaisiana Carla Silva Mangueira - Preterente da CPL.  
**SEGUNDO ANÚNCIO DE LICITAÇÃO**  
PAD nº 090/2018: Pregão Presencial nº 047/2018. Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada em cobertura de seguro para veículos, tipo ambulâncias e L200, do Município, em todo o território nacional, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incluindo, danos causados pela natureza, a saber: incêndio, 24h, 07 dias por semana, em regime de empreitada por preço unitário. Abertura: 11/10/2018 às 10h00min. Local para aquisição do edital: Sede da Prefeitura, sito na Av. José Balbino de Souza, nº7, Centro, Sobradinho-BA, Thaisiana Carla Silva Mangueira - Pregadora Municipal.

**SINDICATO DO COMÉRCIO**  
Assembleia Geral Extraordinária  
O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Porto Seguro, Santa Cruz de Caballia e Belmonte(BA) - SINDICATO DO COMÉRCIO, entidade sindical de 1º grau, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.317.135/0001-24, com sede na Rua Pero Vaz de Caminha, nº 475, sala 8, Centro, CEP: 45810-000, Porto Seguro/BA, em conformidade com o Estatuto da Entidade, convoca os associados em situação de regularidade, para Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 05 de novembro de 2018, em primeira convocação às 9h e, em segunda convocação às 11h, na Rua Antônio Osório, nº 206, Centro, Porto Seguro-Bahia, fica de logo feita terceira convocação para o dia 06 de novembro de 2018, no mesmo horário e local, observando a seguinte Pauta de Convocação: 1-Discussão e deliberação sobre a Pauta de Reindicações da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 do Sindicato dos Empregados no Comércio de Eunápolis e Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Caballia; 2-Autorizar a Diretoria a realizar negociação e firmar Convenção Coletiva de Trabalho com Federação dos Empregados do Estado da Bahia ou Sindicato representante do Município de Belmonte-Bahia; 4-Fixar contribuição Assistencial(Negocial) e outras previstas em lei; 5-Autorizar mudança de endereço da sede da entidade. Porto Seguro - Bahia, 01 de Outubro de 2018. Antônio Chaves Rodrigues - Presidente.